BOLETIM

INFORMATIVO

☐ cao.pessoacomdeficiencia@mpmt.mp.br



Descrição da imagem: Mulher brança de cabelo castanho e blusa amarela fazendo sinal em Libra

<u>SUMÁRIO</u>

01 Atuação do MPMT

02 Ministério Público

03 Tribunais de Justiça

04 Conselhos Nacionais

05 Novidades Legislativas

06 Notícias





EQUIPE

Dra. Daniele Crema da Rocha de Souza Promotora de Justiça e Coordenadora do CAO Pessoa com Deficiência

Dr. Wellington Petrolini MolitorPromotor de Justiça e Coordenador-Adjunto do CAO Pessoa com Deficiência

Thatyane Domingues Moreira Nunes Assistente Social

Gabrielly Maria Aleknovic da Cunha Auxiliar Ministerial

Kamila Valeria Reis Marques Residente Jurídico





01 ATUAÇÃO DO MPMT

Kit de Atuação: Abraçando as Diferenças





O Centro de Apoio Operacional de Defesa das Pessoas com Deficiência (CAO-PcD) e o Centro de Apoio Operacional de Educação (CAO-Educação), elaboraram esta ferramenta para subsidiar a atuação dos membros e servidores do Ministério Público do Estado de Mato Grosso na organização/coordenação das ações do <u>Projeto "Abraçando as Diferenças - Escola Para Todos"</u> do Planejamento Institucional 2024/2031, biênio 2024/2025.

Deste modo, apresentamos o "Kit de Atuação: Abraçando as Diferenças", contendo diferentes materiais de apoio, assim como minutas de modelos de peças extrajudiciais e judiciais.

Almejamos que o kit de modelos de atuação seja de grande valia para que os órgãos de execução possam fomentar articulações e pautar ações direcionadas conforme a realidade dos municípios em que atuam.

O material de apoio alhures mencionado, foi encaminhado no e-mail institucional e está disponível para download nos portais do CAO Educação e do CAO PcD, assim como outros conteúdos relacionados à atuação ministerial na defesa da educação inclusiva.



02 MINISTÉRIO PÚBLICO

MPF

- MPF recomenda que Cebraspe e Inep atuem para evitar problemas com redações e correções em braile do Enem
- MPF quer garantir a elaboraçã<mark>o e efe</mark>tividade do Plano de Ensino Individualizado aos estudantes com autismo no IFPB

MPDFT

- MPDFT questiona escola sobre tratamento a alunos atípicos
- Proped obtém decisão que g<mark>arante</mark> meia <mark>entrad</mark>a a c<mark>rianças com</mark> deficiência em brinquedotecas

MPAC

- MPAC discute cooperação técnica com universidade para avaliação nutricional de alunos com TEA
- MPAC discute parceria com a Ufac para capacitar profissionais que atendem crianças com autismo da rede de ensino.

MPGO

- Ação do MPGO quer garantir vínculo terapêutico em atendimento a autistas pela Unimed Rio Verde ainda que fora da rede conveniada
- Fruto de acordo entre o MPGO e o município de Goiatuba, Centro de Atenção à Criança com Transtorno do Espectro Autista é inaugurado e iniciará atendimentos

MPSC

 STJ afasta aplicação de decretos que limitavam benefícios no transporte para idosos e pessoas com deficiência

MPCE

- MP do Ceará participa de tratativas para aprimorar acesso de pessoas com deficiência à Arena Castelão
- MP do Ceará recomenda que Prefeitura de Fortaleza garanta laudo médico para pessoas com deficiência irreversível utilizarem transporte público



MPMG

- Ação questiona decreto estadual que restringe a posse de pessoas com deficiência em cargos públicos
- Viçosa terá que reordenar e implantar serviços relacionados à proteção social básica de idosos e pessoas com deficiência

MPPA

- MPPA adota providências e apura caso de discurso discriminatório de líder religioso em relação às pessoas com TEA
- MPPA reúne na Câmara Municipal de Belém e entrega minutas de projetos de lei para pessoas com deficiência auditiva

MPPI

• MPPI expede recomendação para que empresas de transporte coletivo intermunicipal de passageiros em União garantam passe livre a pessoas idosas e com deficiência

MPSE

- Com mais de mil pacientes na fila de espera, MPSE ajuíza Ação para obrigar que tratamento multidisciplinar de crianças e adolescentes autistas seja iniciado em até 15 dias após diagnóstico
- MPSE promove Cumprimento de Sentença para que o Município de Ar<mark>acaju</mark> e a SMTT garantam frota de táxis adaptados para PCDs

MPRN

 MPRN recomenda matrícula sem cobrança adicional para pessoas com deficiência em escolas particulares



03 TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

TJMT

TJMT nega Recurso e mantém decisão a favor de tratamento de paciente com espectro autista

TJBA

Inclusão que Transforma: campanha promove a valorização dos estagiários PCDs do TJBA

TJAM

- → Em Carauari, Justiça determina que Estado realize progressão de investigadores de polícia com deficiência considerando vagas reservadas a PcDs
- Acessibilidade e inclusão: Ouvidoria do TJAM realiza atendimento de cidadãos com deficiência auditiva, com apoio de tradutores de Libras

TJGO

Ejug realiza curso sobre proteção dos direitos das pessoas com deficiência e o papel do Judiciário

TJMS

Nova cartilha do Comitê de Saúde e NAT Jus aborda a judicialização de casos de autismo

TJPB

TJPB julga IRDR sobre a isenção de IPVA para as pessoas com deficiência



04 CONSELHOS NACIONAIS



CNJ apresenta avanços do Judiciário no atendimento a pessoas com TEA

Os principais avanços na proteção dos direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Poder Judiciário foram apresentados pelo conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) Guilherme Feliciano em evento na Câmara dos Deputados. O conselheiro participou, na terça-feira (2/7), de audiência pública da Comissão do Direito da Pessoa com Deficiência, que reuniu especialistas para debater sobre a inobservância do modelo social de deficiência nas demandas das pessoas autistas nas instituições de Estado.

O conselheiro do CNJ compõe o Comitê dos Direitos de Pessoas com Deficiência no âmbito Judicial, criado pelo Conselho. Entre as iniciativas apontadas por Feliciano durante o debate, está o projeto Polícia Judicial Amiga dos Autistas, lançado em abril de 2024 para qualificar os profissionais no acolhimento humanizado aos indivíduos com TEA.

Ele destacou ainda a edição, em 2023, de um manual de atendimento para pessoas com o transtorno e o projeto Sensibilizar para Enxergar os Invisíveis, de educação dos profissionais do Sistema de Justiça para uma abordagem humanizada ao lidar com as pessoas neurodivergentes.

No campo normativo, também houve avanços, segundo mencionou Feliciano. Em 2023, a Resolução n. 401 dispôs sobre o desenvolvimento de diretrizes de sensibilidade e a inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário, alcançando, também, as pessoas do espectro autista.



05 NOVIDADES LEGISLATIVAS

MT

LEI N° 7.116, DE 12 DE JULHO DE 2024

Assegura às pessoas deficiência, com idosos devidamente credenciadas pela Secretaria de Mobilidade Urbana (SEMOB) no município de Cuiabá, o direito de fazer uso das vagas do Sistema Cidade Verde Estacionamento Rotativo Digital, com isenção sem limitação de tempo no município de Cuiabá.

Comissão aprova uso de símbolo de acessibilidade em veículos usados para transportar pessoas com deficiência

Projeto exclui atividades perigosas e insalubres da cota de aprendiz e pessoa com deficiência

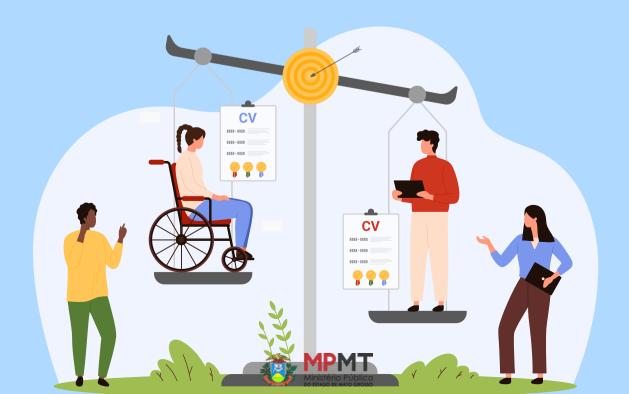
Projeto dispensa perícia para quem tem carteira de identidade específica de pessoa com autismo

Comissão aprova projeto que exige equipamentos para pessoas com deficiência em hospitais Projeto prevê que estados disponibilizem aplicativo para denúncia de violência doméstica com recurso de acessibilidade

Comissão aprova obrigatoriedade de teste de autismo em crianças com 2 anos

Comissão aprova projeto que proíbe seguradoras de negar venda de apólices a pessoa com deficiência

Projeto fixa prazo de 60 dias para início do tratamento de pessoa com autismo no SUS e na rede privada



06 NOTÍCIAS







- Comissão discute violações em práticas terapêuticas para crianças e adolescentes autistas
- Prédios públicos federais terão 18 meses para oferecer acessibilidade total nas edificações
- Violência contra autistas em escolas do RJ preocupa comunidade do autismo
- 5ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência:
 Debates e Estratégias para um Futuro Inclusivo
- Plano de saúde sem carência é garantido na Justiça para família com filho autista
- Direito de remoção para servidora cuidar de filho com autismo é garantido pelo TRF1
- Defensoria Pública do Pará ingressa com ação civil pública contra plano de saúde em Belém
- Pessoa com visão monocular obtém isenção do IPI na aquisição de veículo
- DPMG emite recomendação de seleção de professor especializado para alunos com deficiência na rede de ensino de BH



